



2.ª fase - Seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL)
e Reconhecimento dos Grupos de Ação Local (GAL)

ELD TAGUS 2020 - DLBC RURAL do Ribatejo Interior

TAGUS, 24 de julho de 2015

Caracterização do Promotor

Experiência da Parceria

A TAGUS, enquanto associação de desenvolvimento integrado, desde a sua fundação em 1993, tem procurado assumir o papel (de acordo com as orientações do PDAR de Abrantes), de promover o desenvolvimento integrado dos concelhos que compõem o seu raio de ação: Abrantes, Constância e Sardoal.

Foi entidade local gestora dos programas de iniciativa comunitária LEADER II e LEADER+, num percurso entre 1995 e 2007, tendo resultado desses programas um conjunto de 212 projectos aprovados, que permitiram a criação de 185 novos postos de trabalhos, num acumulado de 7 milhões de euros de investimento, dos quais cerca de 50% são de responsabilidade de privados.

Já estruturada a capacidade de atuação, a TAGUS no âmbito do PPDR abarcou um novo desafio de promoção do desenvolvimento regional com o programa dos Centros Rurais, formalizando a candidatura do Centro Rural Abrantes Norte. Esta teve um investimento de 1,5 milhões de euros, distribuídos por 21 projetos relacionados com a promoção do potencial do desenvolvimento turístico das margens da albufeira de Castelo do Bode. O projeto foi dinamizado, entre 1998 e 2000, em 5 freguesias de Abrantes e 2 de Sardoal.

Foi promotora, no âmbito de diversas ações de formação do IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional, do programa Escolas Oficinas, entre as quais se destaca a coordenação dos Cursos de Costura e Moda e de Ferro Forjado (em 1998/1999) e do Curso de Técnicas Tradicionais de Construção (em 1999/2000), que foram frequentados por 60 formandos e localizaram-se em diferentes freguesias rurais da zona de intervenção.

A TAGUS, normalmente, acolhe estágios curriculares e apoia estágios profissionais em áreas transversais e complementares ao Grupo de Ação Local, permitindo a colaboração e participação com as entidades formadoras na inserção no mercado de jovens qualificados.

No âmbito dos programas ocupacionais, a TAGUS tem contribuído para a inserção de pessoas em situações de desemprego de longa duração em áreas diversas, tais como, apoio a espaços de promoção de produtos e produtores locais e serviços de apoio à infância. Nesta última área, destacamos o centro de atividades de tempos livres “O Pequeno Lavrador”, criado em parceria entre a TAGUS e a Escola António Torrado, com o objetivo de dinamizar iniciativas com ênfase na temática da ruralidade (oficinas de artesanato e doçaria, hortas e mercados agrícolas, entre outras), que se destinaram a, aproximadamente, 85 crianças.

A TAGUS foi designada para frequentar uma ação de formação dinamizada pela Direcção Geral das Empresas e inserida no Programa de Criação de Unidades de Gestão de Centros Urbanos, que conduziu à construção de um plano de ação e ao surgimento da associação Centro Comercial Ar Livre de Abrantes, numa parceria entre a associação de comerciantes local e o município.

Atendendo à sua experiência e competências técnicas, a instituição tem sido convidada por diversos agentes para colaborar na organização de múltiplas ações (assinale-se, por exemplo: as exposições concretizadas de valorização do património rural, mas também alusivas ao azeite ou doçaria local; eventos temáticos de divulgação e promoção dos recursos e potencialidades da região, onde se destaca 13 edições da jornada em canoa, pela albufeira de Castelo de Bode, denominada AQUApaper de Abrantes ou a NouTic em Constância; organização de 13 edições da Feira Nacional de Doçaria Tradicional e 8 da Feira Nacional do Fumeiro, Queijo e Pão; seminários, entre outras). As iniciativas que a TAGUS tem dinamizado fazem com que a associação seja reconhecida como agente operacional no território e com um papel pro-ativo em prol do desenvolvimento da região. Esta distinção resulta da proximidade e relação directa que o GAL tem desenvolvido com a comunidade, ao longo dos seus 20 anos, procurando estimular as entidades locais para o trabalho em rede, no sentido de tornar o Ribatejo Interior mais competitivo.

Ainda no âmbito da dinamização territorial, a TAGUS foi responsável pela promoção de dois concursos de ideias para a definição de planos estratégicos de desenvolvimento integrado: um primeiro, para o Vale da Ribeira de Ocreza, no concelho de Mação, em torno das figuras rupestres aí encontradas (2007) e um segundo, em cooperação com a ADIRN e a Charneca Ribatejana, para dinamização das margens do rio Tejo.

Mais recentemente, no âmbito do SP3 PRODER - abordagem LEADER, foi atribuído um montante de 4,8 milhões de euros de despesa pública na credenciação da EDL mas, em junho de 2015, registou-se uma despesa pública de cerca de 5,2 milhões, o que dá uma taxa de

execução na ordem dos 108,3%, com o apoio a 88 projetos, a criação de 82,5 novos postos de trabalho e o contributo para a manutenção de cerca de 500 postos de trabalho no território.

Este é assim, um reflexo do envolvimento, do contributo e da integração social da TAGUS na comunidade local.

Caracterização do DLBC

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

O Ribatejo Interior, com 887 km², congrega uma população residente de 47.320 habitantes e uma densidade populacional de 53,22 habitantes por km². Nos últimos anos, tem assistido a um decréscimo populacional de -5,65%, acentuado nas freguesias fora do aglomerado urbano de Abrantes.

O índice de envelhecimento de 202% evidencia a dificuldade que o território sentirá na desproporção, a longo prazo, da relação entre a população com idade ativa e não ativa. Mais evidente fica a necessidade de procurar instrumentos que estimulem a fixação das populações e contribuam para a atratividade de novos residentes, quando se observam os dados sobre a variação dos escalões etários (-30,44% no escalão dos 15-24 anos e de 2,53% no escalão dos 65 ou mais anos).

No que concerne ao desemprego assiste-se a um aumento de 35,2%, com a população feminina a liderar esta taxa (homens 12,68% e mulheres 13,88%). Importa, ainda, mencionar que o desemprego se verifica em maior número na população mais jovem e entre os 45 e 64 anos de idade. A procura de novo emprego é mais significativa (82,14%) do que a procura do primeiro emprego (17,86%).

De salientar a redução dos ativos no sector primário (-46,36%), o decréscimo da população ativa no secundário (-26,66%) e também, ainda que menos acentuado, no sector do comércio e serviços (-1,78%).

No que se refere à atividade empresarial, existem 3.545 empresas no território, das quais 96,78% são pequenas e médias empresas. Os principais sectores são o comércio por grosso e retalho (860 empresas), o alojamento, restauração e similares (358) e as empresas administrativas e de serviços de apoio (339). Quanto ao emprego, a indústria transformadora é o principal empregador (27,05%), seguido pelo comércio por grosso e retalho (19,85%) e pela construção (14,16%). Em termos médios, o volume de faturação das empresas ronda os 300 mil euros e 2,7 trabalhadores, o que nos permite concluir que a grande maioria das empresas do território se enquadra de forma evidente na tipologia de beneficiários que ao nível da atividade económica se torna evidente privilegiar.

Relativamente ao poder de compra *per capita*, a média dos valores do território (81,04) está abaixo da nacional, refletindo a tendência da região Centro, sendo esta apontada com um dos níveis de poder de compra mais baixo do país.

Em termos económicos, a taxa de atividade no Ribatejo Interior ronda os 42,62%, tendo sofrido um decréscimo de -0,89% na última década, valores inferiores aos registados no Médio Tejo.

No que diz respeito ao sector primário, no território tem-se assistido a uma redução de produtores (-39%), áreas (-52,1%) e explorações (-38%), contribuindo para a sua concentração em explorações de maiores dimensões. Os apoios têm estimulado o surgimento de jovens investidores que começam a ter produto para colocar no mercado e novos desafios para responder.

No âmbito do eixo 1, do ProDeR 7.13, foram apoiados 49 projetos, sendo 47 de pequenos investimentos e 2 de transformação, num valor total de 1,3 milhões de euros.

A maioria das explorações agrícolas é do tipo familiar, por conta própria, com uma dedicação parcial à atividade na exploração, assumindo, assim, um carácter de complemento ao rendimento do agregado (menos de 50% desse rendimento). A grande maioria dos produtores agrícolas encontra-se no escalão etário >40 anos e o seu grau de escolaridade é, quase na sua totalidade, o ensino básico ou inferior.

Em 2009, no Ribatejo Interior, registou-se 1.834 explorações (total de 35.319,23 ha), das quais 1.826 têm uma área de 14.773,58 ha de Superfície Agrícola Útil (SAU) (42%) e 920 têm 19.785,14 ha de “Matas e florestas sem cultivo sob coberto” (56%).

Importa realçar que cerca de 90% das explorações deste território têm olival, representando cerca de 30% da área da SAU, e assumindo-se como um dos principais responsáveis por uma importante quantidade e qualidade do Azeite certificado do Ribatejo, não podendo, por isso, deixar de se evidenciar a necessidade de incluir na EDL uma componente de apoio ao sector, dando seguimento ao trabalho que tem vindo a ser realizado.

No âmbito do complemento ao rendimento familiar, verifica-se, através dos circuitos curtos de comercialização, a importância que assumem os 24 mercados e feiras de comercialização de hortofrutícolas e produtos locais no Ribatejo Interior (em concreto, 3 de periodicidade diária, 5 semanais, 3 mensais e 13 anuais). De destacar que, na área de intervenção da TAGUS, foram constituídos 2 núcleos PROVE com 6 produtores que, nos últimos 4 anos, comercializaram 10 mil cabazes de produtos hortofrutícolas e movimentaram um volume de negócio de aproximadamente 93 mil euros na região. O que expressa a relevância que este tipo de metodologia de proximidade pode assumir na concretização desta linha de atuação.

De referir que existem no território 14 propriedades de índole agrícola que diversificaram a sua atividade para o turismo em espaço rural, juntando uma receita adicional ao seu agregado. Estas dispõem de mais de 185 camas e representam 58% do alojamento turístico do território. Há ainda as que se especializaram na vertente equestre, que totalizam no Ribatejo Interior 5 centros hípicas, um dos quais é uma Escola Profissional que ministra 2 formações nesta área (gestão equina e certificação de guias equestres).

Igualmente importante são os equipamentos de valorização dos recursos endógenos Tejo e Zêzere criados e/ou recuperados, no âmbito dos programas VALTEJO, PROVERE e abordagem LEADER, designadamente: as intervenções das margens ribeirinhas (Abrantes e Constância); a praia fluvial de Aldeia do Mato; os centros náuticos de Alvega e Abrantes; o centro de interpretação Parque Tejo; duas grandes rotas pedonais e cicláveis (GRZêzere e GR12 do Tejo); 16 percursos pedestres; e a requalificação e musealização dos castelos de Almourol e de Abrantes. Encontram-se ainda, no Ribatejo Interior, estruturas de apoio turístico, em particular, 6 unidades de alojamento, 3 empresas de animação turística e 4 estabelecimentos de restauração, que alavancam o desenvolvimento económico e turístico da região consubstanciadas especificamente na valorização dos rios.

Ainda na perspectiva da valorização dos recursos endógenos, destaca-se o importante trabalho que tem sido dinamizado junto das crianças da região para a preservação da identidade territorial, nomeadamente através da criação de 3 bandas desenhadas que divulgam as tradições locais, colocando as escolas dos ensinos pré-escolar e 1ºciclo a desenvolverem um trabalho conjunto (13 exposições, que envolveram

mais de 8.550 crianças nos últimos 6 anos). No 3º ciclo do ensino escolar, o território experimentou um projeto piloto da DGADR com a realização de ações de sensibilização, a um universo de 1.500 alunos, para a preservação do património rural e a apresentação de um guia metodológico de recolha e identificação do património dos territórios rurais. Ao nível do ensino superior, a TAGUS dinamizou um concurso de design para embalagens de doçaria tradicional junto de 30 alunos do Instituto Politécnico de Tomar.

Um dos pontos fortes de Abrantes, Constância e Sardoal é o movimento associativo presente, de onde se ressalta um total de 105 coletividades desportivas, culturais e recreativas, 17 grupos e ranchos folclóricos e 35 entidades ligadas à ação social e solidariedade. Estas associações têm uma enorme vontade em preservar as tradições e o espólio dos seus lugares e partilhar a sua riqueza identitária. Para tal, promovem encontros intergeracionais, festivais etnográficos, mostras de tradições, eventos desportivos (percursos pedestres, jogos tradicionais, futebol, btt...), convívios, entre outras actividades, fazendo regressar às suas origens aqueles que outrora se viram obrigados a abandonar o território rural e também atraindo novos visitantes. São ainda importantes atores no acesso à cultura, aos direitos e deveres cívicos e à saúde, disponibilizando as suas sedes para acolher espaços de leitura, aulas de música, dança e ginástica, ações de sensibilização e, até, consultas médicas e rastreios de saúde. Pelo que se considera fundamental incluir medidas de apoio na estratégia para proporcionar melhores condições e permitir o trabalho em rede destes interlocutores das comunidades rurais, fortalecendo-os e possibilitando o acréscimo das suas competências.

Por último, de sublinhar a existência de uma parceria público privada com 20 anos de trabalho efetivo em prol do desenvolvimento rural no território. Esta, no âmbito da EDL TAGUS 2020 - DLBC Rural do Ribatejo Interior reforçou a sua base, com a introdução de novos parceiros sectoriais representativos das áreas temáticas de intervenção, totalizando 37 entidades. Mostrando, assim, uma clara evidência da importância do trabalho em rede e interligado que se perspetiva dinamizar na região. Refira-se ainda a articulação da EDL com a estratégia da NUTIII, em que a TAGUS é membro do CEDI - Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal do Médio Tejo e estabeleceu um acordo de cooperação para a prossecução dos objetivos estratégicos do Médio Tejo, para o período de 2014-2020, nas áreas do turismo e cultura, da valorização dos produtos locais, da agricultura e ambiente, da inclusão social, da consolidação do tecido associativo local, do apoio às microempresas, da qualificação profissional e da cooperação nacional e transnacional.

Análise SWOT

Principais Oportunidades	Principais Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> . Existência de centros de I&D . Equipamentos e projetos de valorização apoiados em anteriores programas . Acessibilidades rodo e ferroviária . Projetos de manutenção de hortas associadas à subsistência familiar . Confluência das tradições e cultura do Alentejo, Beira e Ribatejo . Majorações nos apoios a projetos de eficiência coletiva . Bolsa de Terras . Pequenos investimentos nas explorações e na transformação e comercialização . Projetos em cooperação que colocam nas ADL's uma escala supra-territorial - Apoio técnico às atividades das associações e coletividades 	<ul style="list-style-type: none"> . Envelhecimento da população . Mercado de trabalho dependente de poucas e grandes entidades empregadoras . Necessidade de deslocação das comunidades rurais aos grandes centros urbanos para acesso aos serviços . Crise económica (indústria e incêndios florestais) . Decréscimo financeiro no apoio a projetos do DLBC . Desvitalização dos centros populacionais mais pequenos . Imagem difusa da identidade territorial . Relutância à mudança . Condicionamentos burocráticos . Ausência de normativos que responsabilizem os proprietários pela sua inatividade

Principais Pontos Fortes	Principais Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> . Rios Tejo e Zêzere com investimentos estruturantes e Grandes Rotas; . Grandes indústrias com necessidades suprimidas localmente; . Turismo náutico e ativo . Proximidade ao eixo Almourol-Tomar-Fátima . Tradição de produção de produtos locais de qualidade reconhecida internacionalmente . Turismo equestre, caça e pesca . Capacidade organizativa instalada . Movimento associativo . Sector Olivícola e Florestal (valor histórico e económico) . Património (cultural, industrial, agrícola e religioso) . 20 anos de trabalho em desenvolvimento local e experiência em liderança de projetos de cooperação . Centralidade da localização 	<ul style="list-style-type: none"> . Marketing territorial . Divulgação dos produtos e recursos . Redução do n.º de explorações e de área utilizada . Partilha reduzida de recursos e conhecimentos entre as organizações . Experiência reduzida de trabalho em cooperação . Fracionamento elevado das explorações agrícolas . Instalações degradadas e fraca capacitação técnica das coletividades . Concentração da oferta de emprego em núcleos urbanos

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Da análise efectuada à SWOT resultam um conjunto de desafios aos quais se fez associar o respectivo objetivo estratégico e nele agora se identifica o respetivo fator crítico de sucesso (FCS) para a sua concretização. Assim:

1.Confrontados com um expressivo recuo demográfico e uma preocupante estrutura demográfica associada ao envelhecimento populacional, constata-se que um dos mais significativos desafios a que a DLBC rural deve procurar dar resposta se situa no âmbito do combate ao êxodo rural e ao abandono da atividade agrícola, tendo-se definido como seu FCS que a EDL deverá **criar condições para permitir o acesso a emprego e fontes complementares de rendimento** às populações do território;

2.Com processos, hoje normais, de concentração de serviços em centros urbanos mais relevantes, respondendo também às dinâmicas de crescimento populacionais, considera-se essencial garantir as condições para fixar a população nos territórios rurais com igualdade de oportunidades e de condições de vida. No âmbito da promoção da qualidade de vida, estabeleceu-se assim, como FCS integrado no DLBC Rural, criar condições que permitam garantir **o acesso aos serviços básicos** por parte da população que insiste e persiste em permanecer nos territórios rurais;

3.Suportado num conjunto significativo de recursos ainda que pouco reconhecidos pelo público, em termos patrimoniais e de produtos locais estabeleceu-se que, no que diz respeito ao objetivo estratégico de valorização dos recursos endógenos, se definiu como FCS a necessária **existência de instrumentos que acrescentem valor** aos produtos locais do território. Sendo para tal, a estratégia RIS3 regional, um importante fator de indução do desenvolvimento e estímulo à inovação. Neste campo existe, no entanto, uma limitação que condiciona o acesso das microempresas agrícolas aos vales simplificados, pelo reduzido número dos postos de trabalho, que importa referir e superar por via do PDR 2020, eventualmente;

4.Com as novas elegibilidades, que advém por via da M10 do PDR 2020, na possibilidade de apoio direto a pequenos investimentos na exploração e a dinamização da Bolsa de Terras, em relação à atividade agrícola e, particularmente, a necessária dinamização e proteção do olival, pela relevância que assume no território na perspetiva da pequena dimensão das explorações agrícolas, definiu-se como FCS a necessidade de garantir que estão **envolvidos e agregados os agentes** nos respectivos sectores (azeite, hortofrutícolas e pequenos frutos) na concretização dos planos de ação;

5. Por último, fruto do importante objetivo de promover um desenvolvimento local integrado e integrador, no que diz respeito ao objetivo estratégico de estímulo à governança local e articulação em rede, determinou-se como FCS a existência de um clima de **confiança entre os diferentes parceiros** territoriais e a **disponibilidade de recursos humanos** para apoio técnico à implementação e dinamização da EDL.

Deste modo, consideramos poder estar reunidas as condições para poder estimular o apoio a pequenos investimentos empresariais, a geração de emprego no território e a diversificação e complemento do rendimento, contribuir para o sentimento de pertença, com o apoio à população em serviços básicos na sua qualidade de vida e dinamização da atividade social no Ribatejo Interior, valorizar os recursos endógenos, como são os casos do Tejo e do Zêzere, em articulação com a diversidade patrimonial e de produtos locais da região. Acrescentando assim valor, numa estratégia integradora e dinamizadora deste território.

Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)

Objetivos e vocação específica do DLBC

A EDL TAGUS 2020 do Ribatejo Interior tem como objetivo principal contribuir para a fixação da população no seu interior pelo desenvolvimento, de modo integrado, das relações entre a economia, o património e a qualidade de vida das populações, com ênfase na valorização da economia do lazer e bem-estar baseada nos recursos endógenos.

E assenta no ponto de partida da sua especificidade que resulta, por um lado, do facto do Ribatejo Interior ser um território de confluência das tradições da Beira, do Alentejo e do Ribatejo, e por outro, porque os importantes cursos de água que o atravessam (rios Tejo e Zêzere) condicionam a sua própria estrutura produtiva e formatam a história, a cultura e os costumes das gentes que em seu torno vivem.

Assim, a associação de desenvolvimento local, consciente de que o seu papel não é de responsabilidade exclusiva mas sim contributiva, definiu cinco objetivos estratégicos no seu plano de desenvolvimento para Abrantes, Constância e Sardoal, nomeadamente:

1. Contribuir para combater o êxodo rural e o abandono da atividade agro- florestal;
2. Promover a qualidade de vida;

3. Valorizar os recursos endógenos;
4. Dinamizar e proteger o olival e a mancha florestal;
5. Estimular a governança local e a articulação em rede.

Em termos específicos, no que diz respeito ao contributo para o combate ao êxodo rural e abandono da atividade agroflorestal, a EDL TAGUS 2020 do Ribatejo Interior pretende alcançar 5 finalidades: estimular a fixação da população (em particular a mais jovem); reforçar o complemento do rendimento familiar proveniente da exploração agrícola e florestal; facilitar o escoamento da produção local; inovar nas formas de comercialização; e incentivar a investigação e desenvolvimento de novos produtos.

Em concreto, para estimular a fixação da população, foram definidas 14 tipologias de ação (TA):

- 1.1.a - incentivo à criação e ou modernização de investimentos empresariais (até 25.000€ e acima dos 100.000€)
- 1.1.b - apoio às empresas e ao auto-emprego
- 1.1.c - pequenos investimentos na agricultura
- 1.1.d - pequenos investimentos na transformação e comercialização
- 1.1.e - viveiros de empresas e unidades industriais partilhadas (serviços de apoio)
- 1.1.f - viveiros de empresas e unidades industriais partilhadas (investimento)
- 1.1.g - serviço de apoio a atividade económica de base rural (agricultura, comércio, empresas, transformação...)
- 1.1.h - ações colectivas de internacionalização dos produtos e do território
- 1.1.i - apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo pela criação de empresas
- 1.1.j - criação e dinamização de iniciativas empresariais em sectores competitivos
- 1.1.k - Investimentos de pequena dimensão e criação de microempresas (dos 25.000€ aos 100.000€)
- 1.1.l - investimento em iniciativas de combate às alterações climáticas (economia verde)
- 1.1.m - serviço de apoio ao empreendedorismo e criação do próprio emprego (proj>25 e <100)
- 1.1.n - rede de apoio a iniciativas no domínio do combate às alterações climáticas (emprego verde)

Todavia, salientamos que apenas as TA identificadas anteriormente no ponto 1.1, alíneas b, c, d, g, i e k estão contempladas no âmbito do DLBC Rural.

Para reforçar o complemento do rendimento familiar proveniente da exploração agrícola e florestal, encontra-se prevista uma ação:

1.2.a - apoiar investimentos de diversificação da atividade na exploração agrícola e florestal

Com o intuito de facilitar o escoamento da produção local, encontram-se delineadas 7 TA:

1.3.a - apoiar investimentos de PME's que permitam condições de maior eficiência produtiva (pequenos investimentos na produção, transformação, embalagem e transporte)

1.3.b - apoiar investimentos de valorização da imagem do produto (rótulos, embalagem, site, organização local e apoio à presença em feiras e eventos específicos, organização local de concursos, apoiar o envio de amostras a concursos) - certificação e promoção

1.3.c - apoiar processos de certificação de produtos

1.3.d - apoiar a presença ou organização de ações de divulgação e degustação de produtos junto de distribuidores

1.3.e - desenvolvimento do potencial endógeno pela qualificação e modernização da oferta

1.3.f - dinamização de estruturas empresariais para escoamento de produtos locais

1.3.g - circuitos curtos e mercados locais

Das quais apenas as alíneas c, d e g do ponto 1.3 encontram enquadramento no DLBC Rural.

Para inovar nas formas de comercialização, estão estabelecidas na EDL, 3 TA:

1.4.a - apoiar investimentos de abordagens inovadoras ao mercado

1.4.b - apoiar a presença ou organização de ações de animação da comercialização de produtos junto de mercados consumidores

1.4.c - animação da rede territorial de promoção dos produtos locais

E também se preveem 3 ações para incentivar a investigação e desenvolvimento de novos produtos:

- 1.5.a - apoiar atividades dedicadas à investigação e desenvolvimento de novos produtos
- 1.5.b - organização de ações de divulgação e sensibilização de atividades inovadoras
- 1.5.c - serviços de apoio à inovação em produtos locais

No entanto, estes dois últimos objetivos específicos (1.4 e 1.5) e as suas ações não encontram elegibilidade ao nível do DLBC Rural, perspetivando-se recorrer a outras linhas de financiamento.

Já para alcançar o 2º objetivo estratégico, relativo à promoção da qualidade de vida, foram delineados 4 finalidades específicas, sendo elas: o desenvolvimento de redes de serviços de proximidade junto das comunidades; estimular o envolvimento das comunidades e atores locais; promover o sucesso escolar e reduzir o abandono precoce e promover a inclusão e a inovação social. Os objetivos e as TA encontram-se organizados da seguinte forma:

- 2.1 - Desenvolvimento de redes de serviços de proximidade junto das comunidades locais:
 - 2.1.a - rede local de serviços de proximidade (infraestruturas e equipamentos)
 - 2.1.b - rede local de serviços de proximidade (rede de apoio)
 - 2.1.c - desenvolvimento de redes de serviços de proximidade junto das comunidades locais
 - 2.1.d - apoio a iniciativas no domínio do combate às alterações climáticas (emprego verde)
- 2.2 - Estimular o envolvimento das comunidades e actores locais:
 - 2.2.a - apoiar a organização de eventos de dinamização das comunidades e atores locais
 - 2.2.b - apoiar a adaptação de edifícios e espaços para uma utilização multifuncional
 - 2.2.c - serviço de apoio a atividade associativa (organização administrativa, elaboração/criação de projetos...)
- 2.3 - Promover o sucesso escolar e reduzir o abandono precoce:
 - 2.3.a - projetos experimentais
 - 2.3.b - conteúdos científicos como instrumento de motivação
 - 2.3.c - TIC associadas à educação
 - 2.3.d - promoção da qualidade e eficiência do sistema educativo

- 2.3.e - ações de estímulo e desenvolvimento de competências em todos os níveis de ensino
- 2.3.f - participação e envolvimento da comunidade escolar com o território
- 2.3.g - criação de uma equipa multidisciplinar de apoio à comunidade escolar

2.4 - Promover a inclusão e inovação social:

- 2.4.a - dinamizar projetos de inclusão e inovação social
- 2.4.b - ações de qualificação para a inclusão e inovação social
- 2.4.c - ações de aprendizagem ao longo da vida
- 2.4.d - apoio a iniciativas que trabalhem no domínio do combate às alterações climáticas (economia verde)
- 2.4.e - serviço de apoio ao empreendedorismo e criação do próprio emprego
- 2.4.f - animação das estruturas de suporte facilitadoras do empreendedorismo de base rural

Embora se considere que sobre este eixo de ação recai um importante papel no desenvolvimento do território e sobre os argumentos que justificam a opção de querer permanecer em espaço rural, apenas será possível contemplar no DLBC Rural o objetivo 2.1, com a TA identificada pela alínea a).

Para valorizar os recursos endógenos identificaram-se 4 prioridades: a divulgação e valorização dos recursos territoriais; a valorização do património tradicional; a diversificação e o reforço dos equipamentos e atividades de animação turística; e a preservação e valorização da identidade territorial.

Relativamente à divulgação e valorização dos recursos territoriais, definiram-se 3 ações que, em termos globais são pertinentes na EDL, mas que neste concurso não têm enquadramento:

- 3.1.a - apoio à criação de redes locais de promoção do conhecimento e da inovação
- 3.1.b - edição de material de divulgação (impresso e multimédia) sobre as redes de núcleos museo-pedagógicos
- 3.1.c - participação e/ou organização de eventos de divulgação e valorização da cultura e tradições locais

Embora se perspetivem 3 TA para valorizar o património tradicional, apenas as identificadas seguidamente pelas alíneas 3.2 a) e b) serão contempladas no DLBC Rural:

- 3.2.a - definição e sinalização de rotas turísticas em torno do património e recursos endógenos do território
- 3.2.b - apoio a pequenas infraestruturas e trabalhos de recuperação e beneficiação do património rural integrado em rotas
- 3.2.c - apoio a ações de divulgação e animação de rotas e espaços integrados nas rotas

Igualmente se definiram 3 ações para a diversificação e reforço dos equipamentos e atividades de animação turística:

- 3.3.a - apoio à criação e adaptação de espaços para equipamentos de animação turística
- 3.3.b - apoio à conceção e implementação de conteúdos para equipamentos de animação turística
- 3.3.c - apoio a ações de divulgação dos espaços, serviços e equipamentos de animação turística

Mas apenas será apoiada a TA 3.3c) neste concurso.

Para o objetivo específico da preservação e valorização da identidade territorial, encontram-se definidas duas ações, mas estas não se enquadram na tipologia de investimentos apoiados no âmbito do presente DLBC, nomeadamente:

- 3.4.a - serviços de apoio à preservação e valorização da identidade territorial
- 3.4.b - promoção e valorização económica do património natural e cultural

Relativamente ao 4º objetivo estratégico, dinamizar e proteger o olival e a mancha florestal, assinala-se na EDL um em concreto, com 3 TA para o alcançar:

- 4.1 - Sensibilizar os proprietários para as formas coletivas de organização de produtores:
 - 4.1.a - apoio a ações de sensibilização dos proprietários para a ação em conjunto (serviços de apoio)
 - 4.1.b - apoio a ações de sensibilização para os responsáveis dos pequenos lagares de azeite
 - 4.1.c - visitas a entidades e/ou territórios onde se conheçam boas práticas neste âmbito de eficiência coletiva.

Por fim, pretende-se estimular a governança local e a articulação em rede, através da implicação dos diferentes atores na definição e implementação da EDL através de:

- 5.1.a - relatórios de monitorização e avaliação da aplicação da estratégia
- 5.1.b - organização de "momentos de encontro" e discussão em parceria e com o território
- 5.1.c - ações de qualificação da parceria territorial
(comunidade escolar, inclusão e inovação social, turismo, produtos locais, empreendedorismo, agricultura...)
- 5.1.d - projetos em cooperação (escala e complementaridade)
- 5.1.e - estimular a governança local responsabilizando com a tomada de decisão local (gestão EDL)
- 5.1.f - planos de formação adaptados às necessidades dos atores locais

Das 6 TA previstas, somente as alíneas a), b), d) e e) integram o DLBC Rural.

Para a execução da EDL é necessária a formação de uma equipa técnica que ficará responsável pela gestão e dinamização do DLBC.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

a) Dispositivos de participação dos parceiros na elaboração e execução da EDL e organização para assegurar as atividades de animação e acompanhamento

Embora com 20 anos de experiência e um vasto leque de associados públicos e privados, a TAGUS optou por alargar a base com a criação de uma parceria territorial composta por 37 entidades, de modo a envolver os vários atores locais, representativos das áreas - Agricultura, Produtos Locais, Turismo, Empreendedorismo, Educação e Acção Social - nas dinâmicas de trabalho em torno destas temáticas. A esta parceria coube-lhe a aprovação dos regulamentos de funcionamento da EDL TAGUS 2020 - DLBC Rural do Ribatejo Interior, designar a TAGUS como entidade gestora em nome da parceria territorial e eleger o respetivo Órgão de Gestão.

Numa primeira fase, foram dinamizadas 6 sessões temáticas de trabalho descentralizadas pelo território de intervenção, com mais de 200 participantes, cujo objetivo foi partilhar as linhas mestras da estratégia definidas e recolher contributos para as principais áreas de trabalho.

Toda a documentação foi disponibilizada no sítio da internet da TAGUS e foram recolhidas 5 dezenas de sugestões da população através do email tagus2020@tagus-ri.pt.

Para esta 2ª fase de candidatura, a TAGUS iniciou o processo de grupos de trabalho com a realização de 6 reuniões sectoriais, onde participaram 32 agentes locais representativos das áreas temáticas de intervenção, para refletir sobre as principais fragilidades detetadas no território e identificar possíveis soluções. Destas sessões saiu como validada esta metodologia de trabalho, em que os participantes se sentiram agentes ativos e também responsáveis para a obtenção de melhores resultados nos sectores, tendo-se definido a remarcação de próximos momentos de encontro. Estas iniciativas demonstram já o modo articulado e de participação efetiva como esta associação pretende aplicar a sua EDL no Ribatejo Interior, implicando-os, envolvendo-os na gestão e responsabilizando-os com os resultados obtidos.

Para conhecer quais os investimentos a comunidade está a pensar realizar no território, a TAGUS disponibilizou um formulário online, que resultou na obtenção de 40 ideias de projetos em 3 semanas.

b) Ações de animação e promoção do território e meios para publicitar a EDL

Com o objetivo de assegurar a animação e promoção do território e dos seus agentes, a TAGUS tem prevista a operacionalização de um conjunto de instrumentos de ação de modo a efetuar a publicitação da ELD e difundir os resultados alcançados, nomeadamente através das seguintes atividades:

- Reunião bianual da Assembleia Geral de Parceria Territorial;
- *Newsletters* mensais e ordinárias dedicadas a projetos que potenciam a região;
- Comunicados de imprensa para divulgar os programas de apoio e ações de dinamização;
- Sessões de divulgação dos objetivos e instrumentos do PORTUGAL 2020;
- Reestruturação do site com a informação do novo período de programação;

- Utilização de rede social para interagir de forma direta com a população;
- Seminários, momentos de encontro e reflexão conjunta;
- Iniciativas para promoção dos produtos e produtores da região;
- Ações que impulsionem o escoamento dos produtos hortofrutícolas diretamente aos consumidores finais;
- Reuniões de trabalho com o intuito de criar núcleos de atuação sectorial para impulsionar iniciativas comuns articuladas;
- Organização de 3 seminários bienais de reflexão e ponto de situação (2018, 2020 e 2022);
- Reuniões individuais para esclarecimentos sobre projetos de potenciais beneficiários;
- 1 sessão oficial de apresentação da EDL TAGUS 2020 - DLBC Rural do Ribatejo Interior;
- 4 sessões públicas concelhias (2 Abrantes, 1 Constância e 1 Sardoal);
- Folheto institucional de divulgação das medidas de apoio;
- Suportes promocionais de divulgação das fontes de financiamento nos equipamentos comparticipados e disponibilização de imagem oficial para placas permanentes;
- Publicação em www.tagus-ri.pt ou num órgão de imprensa regional das listagens dos projetos aprovados.

Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

O EUROPA 2020, determina como prioridade um crescimento económico sustentável, inclusivo e inteligente, definindo objetivos comunitários ao nível do emprego, do estímulo à investigação e à inovação, da mitigação às alterações climáticas, do combate ao abandono escolar e do combate à pobreza e à exclusão social e, o DLBC, através da ferramenta da inovação social, é um instrumento para a concretização desses objetivos. Porque, pode disponibilizar novas e mais eficientes respostas às crescentes necessidades sociais, pode proporcionar respostas locais a problemas complexos, pela mobilização dos agentes locais, é capaz de integrar diferentes agentes para trabalhar em conjunto e envolver os utilizadores e, se bem aplicada, pode diminuir os recursos necessários. A linha de trabalho, no âmbito da EDL TAGUS 2020, ao incluir diferentes linhas de ação, acrescidas para além das específicas do DLBC, evidencia a preocupação de, na escala territorial, também se procurar contribuir com a prossecução destes objetivos mais amplos.

O PORTUGAL 2020, construído sobre um determinado contexto nacional, mas que no território alvo para intervenção assume particular adequabilidade, garante desde logo uma clara correlação ao nível de temas como o desemprego e exclusão social, o desafio da evolução

demográfica (envelhecimento; taxa de natalidade; pressão sobre sistemas de proteção social), as assimetrias e potencialidades territoriais. Para tal, no âmbito do PORTUGAL 2020, estão identificados objetivos como sejam: o estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis e à internacionalização da economia; o reforço do investimento na educação e formação; o reforço da integração das pessoas em risco de pobreza e do combate à exclusão social; o reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono e o reforço da capacidade de gerar valor acrescentado pelo sector agroflorestal. De novo, um claro alinhamento específico com os objetivos de fixar população jovem no território, por via da criação de valor e da inclusão social com a perspetiva dos recursos endógenos previstos na EDL TAGUS 2020.

A aposta clara do PDR 2020, que através da M10 do LEADER, pretende reforçar a ligação à agricultura e aos agricultores, será também o maior eixo de ação para a concretização do DLBC rural, assumindo-se como estratégica a ligação direta à produção, à transformação e à comercialização, como instrumentos de dinamização da atividade económica em torno dos produtores olivícolas, de hortofrutícolas e de pequenos frutos, assumindo a ação conjunta uma preponderância de orientação estratégica articulada com o PDR no sentido do ganho de escala.

O PDR2020, enquanto fundo principal, é também o instrumento para potenciar a implementação da estratégia sendo, no entanto, essencial a articulação com outras fontes de financiamento, a possibilidade de criar e consolidar redes locais de apoio técnico em áreas essenciais ao território da EDL TAGUS 2020.

A importância de estar alinhado com a RIS3 regional é vital, não só pela elegibilidade de temas de ação, onde as áreas do agroalimentar, do turismo, dos materiais, da floresta e das indústrias sustentáveis são aspetos centrais, no âmbito da EDL TAGUS 2020, também pela necessidade de reforçar a aproximação e ligação com as entidades do sistema científico nacional, como modelo indutor de mudança, inovação e eficiência nos resultados económicos do território e potenciando as estruturas que aí se situam, como são os casos do próprio Instituto Politécnico de Tomar, mas também os centros de transferência de tecnologia para os sectores alimentar e da mecatrónica, ou da própria TAGUSVALLEY, com as suas redes regionais de competências especializadas nas áreas da RIERC e do INOV-C para complementar a ação territorial. Neste campo, o grupo de trabalho da Inovação Territorial, no qual participamos na construção e, presentemente, pela sua inerente transversalidade, é um campo de partilha e enriquecimento para a ação que se pretende estender a todo o território no âmbito da EDL.

O CENTRO 2020 identificou um conjunto de prioridades nucleares para ajudar a clarificar a ação, de onde se destaca: a criação de valor com o apoio às empresas e a redução dos impactos dos custos de contexto territoriais; as redes policêntricas de cidades médias, onde o

trabalho com o DLBC urbano será um vetor; o reforço da coesão territorial em torno dos apoios inclusivos em territórios mais fragilizados; a fixação de população qualificada; dar vida às infraestruturas existentes e consolidar a capacitação institucional. Estas são também, à sua escala territorial, linhas de ação, no âmbito da EDL TAGUS 2020, pelo privilégio que se pretende atribuir às equipas técnicas que sectorialmente complementarão a dinamização da estratégia no território.

O MEDIO TEJO 2020 sustenta a sua ação em torno de duas orientações estratégicas muito correlacionadas com a EDL TAGUS 2020 e as dinâmicas do passado na TAGUS. Por um lado, associadas à valorização dos recursos endógenos, do potencial turístico e a incorporação de valor na atividade empresarial na região e, por outro, de forma complementar, às novas prioridades alocadas ao DLBC e ligadas à promoção da coesão, da qualidade de vida e da consolidação da massa crítica urbana. Por fim, o papel transversal previsto para a capacitação institucional, a territorialização de políticas e a articulação dos parceiros para promover a eficiência de ação e a eficácia nos resultados são também objetivos partilhados entre ambas as estratégias territoriais e, que por via da interligação já existente, se garantirá a necessária complementaridade de ação.

Ainda em termos regionais, no âmbito das estratégias do PROVERE - Programa de Valorização dos Recursos Endógenos, a TAGUS coloca nas suas linhas de ação um conjunto de iniciativas que pretende vir a dinamizar e integrar nos eixos que venham a ser credenciados no âmbito do Zêzere e do Tejo, ambos importantes recursos endógenos da região Centro e sobre os quais o território já tem histórico de intervenção.

Por último, a relação com os restantes PO temáticos nacionais, tendo particular atenção ao COMPETE 2020, o Capital Humano, o Desenvolvimento Rural e o INTERREG - POCTEP que, em torno das áreas identificadas e, em parceria com os restantes atores territoriais, será uma linha de ação no sentido de complementar a oferta de regimes de apoio para fora das limitações regulamentares que surgirão extra DLBC e sobre os quais se dinamizarão outros projetos.

Assim, no que diz respeito à integração com a EIDT do Médio Tejo, com as limitações de ação que as restrições decorrentes do condicionamento imposto pela CCDRC, no âmbito do concurso, dirigidas à concentração de objetivos na criação de emprego e auto-emprego, podemos referir a sintonia integral por simpatia com os objetivos estratégicos da EIDT Medio Tejo 2020, em concreto os objetivos estratégicos: 01 - Valorização dos Recursos Endógenos e do potencial turístico; 02 - Incorporação de valor na atividade empresarial; 03 - Promoção da coesão e da qualidade de vida; 04 - Consolidação da massa crítica urbana; e 05 - Governação inteligente e multidisciplinar. Sendo de relevar, a particular incidência no complemento da ação nos objetivos estratégicos 01, 02 e 03.

Programa de Ação e Investimentos

Eixos, Objetivos Estratégicos, Específicos e Principais Resultados a atingir

A EDL TAGUS 2020 - DLBC RURAL do Ribatejo Interior baseia-se numa ação integrada e focada no aproveitamento dos recursos endógenos do território, com o objetivo primordial de fixar população no seu interior.

Para tal, encontra-se definido um conjunto de ações para os próximos 6 anos no Ribatejo Interior, que vão ao encontro do PDR 2020 e dos eixos prioritários do PO CENTRO 2020 visando promover e dinamizar a empregabilidade (eixo 4), fortalecer a coesão territorial e social (eixo 5) e afirmar a sustentabilidade dos territórios (eixo 7). E, por sua vez, enquadram-se maioritariamente nos objetivos temáticos (OT) 6,8 e 9, com vista a proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos, promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral, promover a inclusão social e combater a pobreza.

Em concreto, a EDL TAGUS 2020 - DLBC Rural do Ribatejo Interior tem por objetivos estratégicos contribuir para combater o êxodo rural e o abandono da atividade agroflorestal, promover a qualidade de vida, valorizar os recursos endógenos, dinamizar e proteger o olival e a mancha florestal, reforçar a governança local e a articulação do trabalho em rede.

No que diz respeito ao combate do êxodo rural e do abandono da atividade agroflorestal definiram-se, para o DLBC Rural, 3 objetivos específicos, designadamente: estimular a fixação da população, em particular a mais jovem, pela criação de emprego; reforçar o complemento do rendimento familiar proveniente da exploração agrícola e florestal; e facilitar o escoamento da produção local.

Para contribuir para o primeiro objetivo específico perspetiva-se o desenvolvimento de um conjunto de ações:

- O apoio ao emprego e ao auto-emprego através de tipologias de projetos definidas na prioridade de investimento 8iii, do Objetivo Temático (OT) 8, eixo 4 do PO CENTRO 2020 com elegibilidade do FSE, perspetivando-se apoiar, até 2023, 30 empresas que irão contribuir para a criação de 50 postos de trabalho, dos quais cerca de 70% estarão inscritos no centro de emprego e diferenciando pelas suas habilitações os montantes de apoio;

- O apoio a pequenos investimentos na exploração agrícola com uma previsão de 60 projetos, geradores de 3 postos de trabalho, através da M10 do PDR2020.
- O apoio a pequenos investimentos na transformação e comercialização, prevendo-se o apoio a 13 projetos e criação de 6 novos empregos, enquadrados na M10, do PDR 2020.
- Com serviço de apoio a empreendedorismo e desenvolvimento económico para jovens empresários de base rural (desempregados, à procura do 1º emprego e auto-emprego) no âmbito do Eixo 5, do OT 9, prioridade de investimento 9vi do PO CENTRO 2020, perspectivando-se apoiar 120 pessoas.
- Apoio ao empreendedorismo local, social e cooperativo pela criação de empresas, em investimentos inferiores a 25mil euros, prevendo-se 40 investimentos com 10 novos postos de trabalho, enquadrado pela prioridade de investimento 8iii, OT 8, eixo 4, do PO CENTRO 2020.
- O apoio a investimentos de pequena dimensão e criação de pequenas e médias empresas (projetos entre os 25mil e os 100 mil euros), inseridos na prioridade de investimento 9d, do OT9, eixo 5 do PO CENTRO 2020, estabelecendo como meta o apoio a 30 empresas e a geração de 45 novos postos de trabalho.

Para responder ao objetivo específico do reforço ao complemento do rendimento familiar proveniente da exploração agrícola e florestal prevê-se apoiar 7 investimentos de diversificação da actividade económica (maioritariamente ligados ao alojamento e animação turísticos relacionados com os recursos endógenos do território) que potencialmente darão origem a 9 novos empregos na região, sendo uma ação integrada na M10, do PDR 2020.

Ainda enquadrado no PDR2020, estão as ações que têm por intuito facilitar o escoamento da produção local, nomeadamente: apoiar 3 processos de certificação de produtos que envolvam 30 produtores; apoiar a presença ou organização de 18 ações de divulgação e degustação de produtos, que permitam a introdução de produtos locais em 6 novos distribuidores; circuitos curtos e mercados locais, que anualmente envolvam cerca de 30 produtores agroalimentares e artesãos, nos 3 eventos anuais que se pretendem dinamizar ao longo de 6 edições, no decurso da execução da EDL.

Já para promover a qualidade de vida, a EDL TAGUS 2020 - DLBC Rural do Ribatejo Interior, prevê o apoio a uma rede local para serviços básicos à população suportada no expressivo movimento associativo do território, de acordo com a M10 do PDR 2020, na lógica de contribuir para a dinamização de 8 projetos, criando 8 postos de trabalho e envolvendo 2.500 pessoas da comunidade rural.

Em termos de valorização dos recursos endógenos, a TAGUS pretende apoiar, através das linhas de financiamento disponíveis, um conjunto de iniciativas de valorização do património, assim como as que contribuam para diversificar e reforçar os equipamentos e atividades de animação turística, indo ao encontro da prioridade de investimento 6c, OT 6, eixo 7 do PO CENTRO 2020. Por um lado, com a definição e sinalização de 30 percursos pedestres/BTT em torno do património e recursos endógenos do território e através de apoio a 30 pequenas infraestruturas e trabalhos de recuperação e beneficiação do património neles integrado, por outro, apoiando 12 ações de divulgação dos espaços, serviços e equipamentos de animação turística, que possam ser usufruídos por aproximadamente 2.000 visitantes.

Para sensibilizar os proprietários para as formas coletivas de organização de produtores e assim dinamizar e proteger o olival e a mancha florestal, a EDL contempla ações que vão de encontro à M10 do PDR2020, em particular, sessões para 240 proprietários dos olivais e para 24 responsáveis de pequenos lagares de azeite. Igualmente previstas estão 2 visitas a outras entidades ou territórios, onde se conheçam boas práticas neste âmbito de eficiência coletiva, com a participação de 12 produtores do Ribatejo Interior em cada.

O último objetivo estratégico da EDL (estimular a governança local e a articulação em rede), contemplado no âmbito da M10 do PDR2020, passa por implicar os diferentes atores na definição e implementação deste plano para o desenvolvimento económico, social e cultural do Ribatejo Interior. Workshops e três momentos bienais de reflexão e discussão em parceria, com a previsão de 300 participantes no total; 3 relatórios de monitorização e avaliação; 5 projetos de cooperação e ações de estímulo ao envolvimento dos parceiros territoriais são algumas das medidas que serão desenvolvidas para atingir este objetivo específico.

Definição da Estratégia de Desenvolvimento Local

A EDL TAGUS 2020 - DLBC Rural do Ribatejo Interior contempla um conjunto vasto e abrangente de temas a tocar, mas que igualmente refletem a imensidão de áreas sobre as quais se pode contribuir para preservar a atividade e dinâmica nos espaços rurais: a agricultura, os produtos locais, o turismo, o empreendedorismo e a ação social.

Ao nível agrícola, com a construção de um conjunto de planos de ação para sectores identificados como prioritários, como são os casos do olival, dos produtos biológicos, dos jovens agricultores, dos frutos vermelhos ou dos hortofrutícolas, que terão como função ajudar na concretização da EDL e a tornar mais eficaz os apoios aos pequenos investimentos na agricultura, mas também na comercialização e transformação que passou a ser elegível em maior escala. Ainda nesta ótica, e de forma a reforçar o rendimento familiar, com o apoio a investimentos de diversificação de atividades não agrícolas nas explorações.

Por outro lado, o tema dos produtos locais, com a importância de sensibilizar os produtores e artesãos para a necessidade de trabalho conjunto de forma a atingir a escala necessária ao escoamento dos seus produtos e mais facilmente entrarem em novos circuitos de distribuição. Também com a revitalização dos mercados do Ribatejo Interior e a articulação com outros mais amplos se perspetiva estimular as economias locais.

Outra área contemplada na EDL é a valorização dos recursos endógenos através do turismo, apoiando a definição de rotas turísticas em torno das potencialidades do território, recuperando património nelas integrado e todo um conjunto de ações de divulgação que contribuam para a maior atratividade desta região por parte dos visitantes.

O fomento ao empreendedorismo será utilizado, na nossa perspetiva, como sinónimo de nova atitude que se espera dos promotores dos projetos e um ecossistema pro-ativo que os apoia na construção desses projetos, com particular enfoque nas microempresas e no importante passo que por muitos deverá ser dado no sentido do auto-emprego.

Outra área contemplada na EDL é a ação social, sendo importante focar o trabalho na constituição de redes locais sustentadas no forte movimento associativo, que se regista no Ribatejo Interior permitindo às coletividades desenvolver mais serviços de apoio às populações rurais.

Em termos de resultados esperados, no DLBC Rural e, no âmbito da M10 do PDR2020, serão criados 27 novos postos de trabalho, apoiadas 80 explorações agrícolas em processos de reestruturação e modernização, que representam 4,36% das explorações, e 12 explorações apoiadas em regimes de qualidade, que representam 0,65% do valor total de 1.834 explorações do Ribatejo Interior (RGA 2009).

Ao nível do FEDER, perspectivam-se apoiar 30 empresas e criar 45 postos de trabalho, dos quais se estima que, pelo menos 50%, permaneçam 12 meses após o fim do apoio. Procurando responder ao objetivo dos novos visitantes/ano na proporção de 0,58% do território face à região Centro, define-se como meta o valor de 2.321 novos visitantes, que representam 49 dormidas semanais suportadas em utilizadores de percursos em BTT na Grande Rota do Zêzere, no Caminho do Tejo ou nos produtos associados aos Castelos do Tejo em turismo militar, nos eventos de valorização dos produtos locais e outras atividades de promoção dos recursos endógenos do território.

Por último, em termos de FSE, estima-se o apoio a 70 empresas que irão dar origem a 61 novos postos de trabalho e 120 pessoas apoiadas pelo serviço técnico de apoio à atividade económica de base rural.

Pressupostos

Num contexto tão incerto como o com que nos confrontamos atualmente, nomeadamente com a ausência de orientações específicas sobre as modalidades e tipologias de apoio, dar conta de forma segura sobre as metas e objetivos programados é sempre um exercício de grande risco. No entanto, nos anexos 3 e 4, procuraremos evidenciar os objetivos, raciocínios e pressupostos que presidiram ao estabelecimento das linhas de ação integrantes da EDL TAGUS 2020 - DLBC Rural do Ribatejo Interior.

A TAGUS, no âmbito do Sub-Programa 3 do PRODER iniciou, em 2009, a implementação da sua ELD com um montante de despesa pública sob a sua responsabilidade de gestão, na medida 3.3, na ordem dos 4,8 milhões de euros. Por via da atribuição de reserva de eficiência e disponibilização de dotação orçamental chegou a ter sob sua responsabilidade cerca de 6,2 milhões de euros, em janeiro de 2014. No final da sua implementação, em junho de 2015, apresenta uma despesa pública aplicada na ordem dos 5,2 milhões de euros, o que lhe confere uma taxa de execução face ao inicialmente alocado de 108,3%.

A totalidade da EDL TAGUS 2020 tem um orçamento global de cerca de 24 milhões de euros alocados a diversas prioridades de investimento e origens de financiamento, estando reservado ao DLBC Rural o montante de 6,8 milhões de euros. A pertinência do montante acima referido assenta em duas variáveis que se assumem como pressupostos essenciais.

Por um lado, o facto da população elegível alocada à ELD SP3 ser de 41.005 habitantes e, no presente DLBC rural, a população sobe para os 47.320 habitantes, sendo que este aumento se refere à população de Abrantes propriamente dita com um maior potencial de investimento nos promotores e na tipologia de atividades a executar. Por outro lado, o período de implementação alarga-se para cinco (2016-20), face aos quatro anos que o SP3 deteve para execução (2010-13).

Apesar de tudo, outro aspeto que deve ser tido em conta na aferição do valor advém do facto de com a não aprovação do TAGUS 2020 - DLBC urbano e a inclusão das freguesias urbanas na EDL, resulta num incremento das expectativas de execução e do potencial de integração na estratégia de novos promotores de investimento, assumindo-se assim um importante contributo para a concretização dos objetivos da presente candidatura.

Em anexo e de forma mais exaustiva encontra-se a informação específica para cada um dos indicadores e metas, mas deve-se neste momento dar conta de que, no âmbito das 24 tipologias de atividade (TA) que integram a EDL TAGUS 2020 DLBC rural, se definiram os pressupostos específicos e que suportam de forma clara o orçamento proposto.

De forma sintética, resulta um acumulado por fundos, metas e resultados globais na ordem dos 6,4 milhões de euros, repartidos em 3,62 de FEADER, 1,5 de FEDER e 1,3 de FSE. Resultando, no FEADER, um total de cerca de 4% das explorações apoiadas, a dinamização de 177 projectos, a criação de 27 postos de trabalho e 4.474 pessoas abrangidas. Em FEDER, 61 projectos (com 30 empresas, 10 percursos, 15 projectos e 6 acções), 45 postos de trabalho criados e 1.000 pessoas abrangidas. E, no FSE, o apoio a 40 empresas, 61 postos de trabalho, 1 nova equipa técnica e 120 pessoas apoiadas, são as principais metas e resultados globais esperados desagregados por fundos utilizados.

Por fim, atualmente a TAGUS tem em curso um processo de recolha de intenções de candidatura, as quais indiciam uma atitude empreendedora do território que desde já se começa a manifestar.

Realização para Áreas de Cooperação

No âmbito da cooperação, numa lógica de escala e complementaridade, um leque de atividades relacionadas com o turismo, a agricultura, os produtos locais de qualidade, os serviços de proximidade, bem como a preservação do património e ambiente serão áreas de atuação sobre as quais recai a prioridade da EDL TAGUS 2020, em termos regionais, nacionais e transnacionais.

Neste campo em concreto, importa dar seguimento ao projeto de cooperação transnacional TEJO VIVO, tendo as 17 associações de desenvolvimento local (portuguesas e espanholas), em julho de 2014, por ocasião da realização de um seminário, manifestado o seu interesse em dar continuidade a esta rede institucional de valorização e promoção das potencialidades e recursos endógenos dos territórios situados junto ao Tejo. Existe a possibilidade (já manifesta por outras ADL's) de ser alargada a parceria para integrar mais regiões que são atravessadas pelo rio Tejo, alcançando uma maior e melhor representatividade e, desta forma, partilhar conhecimentos e experiências em torno de questões associadas ao ambiente, ao empreendedorismo, ao desenvolvimento turístico, à valorização do património, gastronomia e produtos locais.

Outro aspeto, que dentro da cooperação se identifica como potencial de trabalho conjunto e articulado, será o que no âmbito do Turismo Equestre se pode efetivar, com a ligação aos GAL APRODER e Charneca Ribatejana, à ANTE - Associação Nacional de Turismo Equestre e aos diversos atores locais do Ribatejo Interior. Salienta-se que, em Abrantes, a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes ministra formação específica nesta área preparando os alunos para ser guias equestres e, no quadro anterior de programação financeira, foi apoiado uma unidade de turismo vocacionada especificamente para esta vertente e um evento denominado "Rota do Tejo", destacando-se ainda os vários centros hípicas do território. Este projeto que se pretende desenvolver em cooperação visa fortalecer a rede de entidades e atividades dinamizadas no território, reforçando-o com as melhores condições à sua afirmação enquanto destino turístico para o sector.

Igualmente importante é prosseguir o trabalho de valorização e promoção dos produtos locais e potencialidades turísticas em ambiente urbano, de forma a chegar a outros mercados e potenciando a oferta dos territórios rurais. Tem sido evidente o esforço coletivo e as estratégias convergentes das associações que, dispersas no território nacional, têm sentido a necessidade de tecer em comum redes de valorização dos produtores, dos produtos e dos recursos endógenos dos seus territórios para promover as suas gentes e culturas em contexto urbano. Esta é uma necessidade premente destes territórios rurais para atingir a escala necessária, reforçarem-se qualitativamente nas complementaridades e aproximarem-se dos consumidores que cada vez mais procuram a qualidade e autenticidade dos produtos e territórios rurais.

À semelhança do passado pretende-se ainda continuar a cooperar com outras ADL's na valorização da produção agrícola local e da sua aproximação ao consumidor. A utilização de circuitos curtos de comercialização tem tido resultados visíveis não só a nível regional como também a nível nacional. Na área de intervenção da TAGUS foram constituídos 2 núcleos de produtores PROVE que, em termos de volume de negócio movimentaram, nos últimos 4 anos, aproximadamente 93 mil euros na região, comercializando 10 mil cabazes de produtos hortofrutícolas do Ribatejo Interior. Estas cadeias curtas são uma boa forma de melhorar as relações entre quem produz e quem consome, permitir o escoamento dos produtos, incentivar o consumo do que é local, proporcionar uma aprendizagem sobre os ciclos produtivos das culturas agrícolas e tem benefícios na saúde da população.

Por último e igualmente relevante, importa ainda dar continuidade à promoção do trabalho conjunto e partilha de conhecimentos que tem sido desenvolvido ao longo dos últimos 25 anos no mundo rural pela rede de ADL's, tornando-o mais visível para a sociedade e sensibilizando-a para as especificidades dos territórios rurais nacionais, através da Minha Terra - Federação Portuguesa das Associações de Desenvolvimento Local.

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição

O modelo organizacional e funcional da TAGUS já se encontra definido, fruto da larga experiência acumulada na gestão de fundos comunitários. Enquanto, nos períodos de programação anteriores, a TAGUS se apresentou como entidade proponente das candidaturas no âmbito da abordagem LEADER, por via do seu estatuto associativo de direito privado, assumindo-se cumulativamente como a entidade gestora e o GAL - Grupo de Ação Local dinamizador da parceria, presentemente no PORTUGAL 2020 por via do DLBC (que promove a aplicação multifundos FEADER, FEDER e FSE) optou por propor a criação de uma parceria territorial. Para além dos seus próprios associados, esta associação procurou alargar o seu âmbito a um conjunto de entidades sectorialmente institucionais e importantes para a concretização da estratégia. A título de exemplo, citamos os Agrupamentos Escolares, o Instituto de Segurança Social - Centro Distrital de Santarém, o Agrupamento de Centros de Saúde MÉDIO TEJO, o IEFP - Centro de Emprego do Médio Tejo, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e o Turismo Centro de Portugal.

A Parceria Territorial TAGUS 2020 - DLBC RURAL do Ribatejo Interior designa como Entidade Gestora a TAGUS - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior e estabelece no respetivo Regulamento os seus princípios básicos de funcionamento para a coordenação e gestão da atividade no âmbito do DLBC.

A TAGUS, enquanto entidade gestora, dá enquadramento legal pela sua personalidade jurídica e coloca ao dispor da parceria a sua equipa técnica local (ETL) multidisciplinar com experiência na gestão de instrumentos de política de desenvolvimento local e na dinamização e promoção dos recursos endógenos territoriais.

Com a missão de garantir que a EDL seja dinamizada, executada, gerida, monitorizada e avaliada de forma eficiente, transparente e participada está prevista a criação de três órgãos sociais, a saber, a Assembleia Geral de Parceria Territorial, o Órgão de Fiscalização e o Órgão de Gestão, eleitos por períodos de triénio de entre os membros da parceria.

A Assembleia Geral de Parceria Territorial, que reúne ordinariamente duas vezes por ano, é constituída por todos os parceiros que assinaram o Acordo de Parceria e tem como missão geral discutir e aprovar a EDL, promover o seu acompanhamento, a monitorização e avaliação da sua execução.

Ao Órgão de Gestão, para além de representar a parceria junto das autoridades nacionais e comunitárias, compete-lhe garantir, de forma eficiente e eficaz, a dinamização e gestão da EDL, aprovar os projetos candidatos, assegurar a participação dos parceiros locais na implementação, no acompanhamento e na avaliação da estratégia definida e cumprir com as recomendações decorrentes dessa participação, e, se necessário, propor à Assembleia Geral da Parceria Territorial alterações na EDL, de forma a alcançar os objetivos propostos. Reúne com uma periodicidade média mensal e é constituído, seguindo as condicionantes regulamentares, por sete elementos representativos da Parceria Territorial.

A Parceria Territorial possui, ainda, um Órgão de Fiscalização ao qual cabe as responsabilidades de fiscalizar os atos do Órgão de Gestão, dar parecer sobre os relatórios de execução da EDL a submeter à Assembleia Geral de Parceria Territorial e velar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares.

Com base na experiência do passado, a TAGUS construiu internamente um sistema que segrega as funções de verificação administrativa da de análise financeira para as candidaturas apresentadas e, que separa igualmente, as competências de análise das de aprovação pois nenhum dos membros que analisa tem qualquer papel decisório no Órgão de Gestão. Ou seja, enquanto que a verificação dos diferentes parâmetros de uma candidatura (por exemplo, a elegibilidade do beneficiário, da operação e o enquadramento na estratégia) são tarefas ao cuidado do técnico da área de geografia humana, a análise dos pedidos de pagamento (nomeadamente, a sua elegibilidade documental, contabilística, temporal e estrita) são tarefas alocadas ao técnico da área financeira. Por sua vez, o técnico coordenador acompanha, valida a execução técnica e financeira das candidaturas e é o interlocutor junto do Órgão de Gestão.

Do resultado das reuniões do Órgão de Gestão é elaborada a ata e comunicada à respetiva Autoridade de Gestão o conteúdo das deliberações e divulgados os seus resultados.

Realça-se, ainda, que da análise à situação económica e financeira da TAGUS se podem retirar as seguintes conclusões:

- Em meados de Novembro de 2014, com o encerramento a 100% da acção 3.5 PACA e Funcionamento dos GAL - eixo 3 PRODER abordagem LEADER, exigiu que TAGUS tivesse que suportar sem qualquer comparticipação financeira os gastos relativos aos últimos meses de 2014, apresentando nas suas demonstrações financeiras um resultado líquido negativo, no valor de -17.293,53. No entanto, esta situação não reflete a posição económica e financeira da TAGUS que, ao longo de mais de uma década, tem obtido resultados líquidos positivos nas suas demonstrações de resultados, fruto de uma estratégia de gestão assente no controlo de gastos e reforço de rendimentos e apostando na diversificação de atividades e projetos.
- Analisando o balanço relativo ao ano de 2014, verificam-se ativos líquidos tangíveis que rondam os 300.000€, acrescidos de ativos correntes na ordem dos 365.000€, para fazer face a um passivo reduzido de 105.000€, esta informação evidencia a situação líquida positiva da TAGUS de onde se destacam os rácios financeiros francamente positivos, nomeadamente, o rácio de autonomia financeira que ronda os 80% (resultante dos valores de reservas em capital próprio) e um rácio de solvabilidade na ordem dos 5,2 valores.

Relativamente à organização processual, toda a documentação que dá entrada na TAGUS é apresentada ao Técnico Coordenador que indica o despacho para o departamento que efetuará o tratamento da informação, sendo registada com um código específico e arquivada em suporte físico e digital.

A contabilidade da TAGUS é feita nos serviços internos da Associação, no programa SAGE infologia linha 50, com assessoria externa de um gabinete de contabilidade. Esta metodologia tem funcionado positiva e corretamente porque os documentos contabilísticos permanecem na organização evitando-se extravios, são classificados diretamente no original, os mapas financeiros são retirados de imediato do sistema, os desvios entre o orçamentado e o real são monitorizados e, num curto espaço de tempo, prestam-se os esclarecimentos necessários às entidades de controlo.

Anualmente são produzidos o Plano de Atividades e Orçamento para o ano seguinte e, com o Relatório de Atividades e Gestão, são verificados os desvios e as respetivas justificações para as suas ocorrências. Conforme o previsto estatutariamente os documentos são aprovados em Assembleia e encontram-se disponíveis no site da TAGUS em www.tagus-ri.pt.

Todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços cumprem com a legislação do código da contratação e, nos ajustes diretos, é sempre feito convite a pelo menos três entidades e são cumpridos todos os trâmites implícitos na lei.

Ao nível da estrutura orgânica da TAGUS ainda que, de modo informal, já se encontra organizada em função das tarefas e responsabilidades acometidas a cada técnico. É atualmente composta por seis técnicos superiores (ver anexo 2), distribuídos em dois departamentos, a quem são atribuídas ao primeiro as funções de gestão, e ao segundo as de dinamização da EDL. Recentemente complementou-se a equipa com capacidade na área agrícola e, numa área operacional de apoio às atividades, de modo a poder se articular com as dinâmicas de apoio técnico que no âmbito da EDL se pretendem implementar no território, mas ainda se pretende completar com a área social.

Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados

Um dos mecanismos de acompanhamento e avaliação interna para garantir a monitorização e o reajustamento à EDL será através da realização contínua de reuniões do Órgão de Gestão para validar as pontuações, aprovar os pedidos de apoio e estar a par das atividades desenvolvidas pela equipa técnica local.

Também se encontra prevista a elaboração de relatórios anuais de atividades e encerramento de contas, que serão aprovados em assembleia geral de parceria territorial, em março e dezembro, apresentados às autoridades de gestão e publicados no site desta associação.

Outra ferramenta que permite à Equipa Técnica Local aferir o estado de concretização da EDL, através da gestão dos apoios financeiros aos investimentos, é a realização de auditorias de verificação e controlo dos pedidos de apoio aprovados e com dotação orçamental. Estas ações permitem validar *in loco* os dados fornecidos pelos promotores dos projetos, relativos à implementação dos mesmos, garantindo que os investimentos realizados estão conforme as candidaturas submetidas e calcular o seu índice de concretização. Desta medida resultam relatórios de verificação e avaliação.

Os dados fornecidos nas candidaturas aprovadas que podem ser utilizados como indicadores internos de implementação da EDL. Esta informação será aplicada na monitorização e relevante para as dinâmicas a criar nos grupos de trabalho sectoriais.

Para avaliar a qualidade dos serviços prestados será disponibilizado um inquérito por questionário aos beneficiários que irá permitir aferir os principais meios de informação pelo qual tiveram conhecimento sobre o programa; avaliar os serviços de atendimento e esclarecimentos por parte dos técnicos (tanto sobre a apresentação da candidatura como submissão dos pedidos de pagamento); e o grau de clareza e satisfação sobre a informação prestada.

Internamente, com a concretização do Plano de Ação para a EDL da TAGUS 2020 - DLBC Rural do Ribatejo Interior será construído um *balancescorecard*, onde se prevê a monitorização trimestral da execução da estratégia de desenvolvimento local, a medição do respetivo desempenho por parte da Equipa Técnica Local e dos serviços de apoio técnico ao território entretanto criados.

Dando continuidade ao trabalho iniciado com as sessões de contributos, estão programadas mais iniciativas temáticas com os parceiros sectoriais para definição em conjunto de planos de ação para o desenvolvimento de projetos em rede passíveis de enquadramento na EDL e que contribuam para atingir as metas estabelecidas.

Relativamente ao acompanhamento e avaliação externa da EDL, encontra-se definida a organização de dois debates públicos sobre o estado de concretização da aplicação do programa, em finais de 2018 e 2020, e uma apresentação final, em 2022. As reflexões serão destinadas às comunidades locais em que se espera uma forte afluência dos atores locais (beneficiários, associações e coletividades, empresas, produtores, artesãos e população em geral). Os dois primeiros momentos irão servir para monitorizar e avaliar, além do grau de aplicação e concretização da estratégia, o cumprimento dos objetivos e a verificação das metas atingidas. Já a apresentação de 2022 terá como finalidade a exposição dos resultados alcançados, dos projetos aprovados e o encerramento do ciclo de programação.

Será, igualmente, produzido um documento final, relatando e avaliando a concretização dos objetivos e metas estabelecidas para o TAGUS 2020 - DLBC Rural do Ribatejo Interior.

Lista de Anexos:

- anexo 1 - Acordo de Parceria
- anexo 2 - Composição do Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local
- anexo 3 - Pressupostos
- anexo 4 - Objetivos Estratégicos
- anexo 5 - Formulário de Candidatura EDL TAGUS 2020 - DLBC do Ribatejo Interior

ACORDO DE PARCERIA TERRITORIAL TAGUS 2020 - DLBC RURAL

O Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) é o instrumento de desenvolvimento territorial consagrado nos artigos 32º, 33º, 34º e 35º do Regulamento 1303/2013 que estabelece as disposições comuns dos fundos abrangidos pelo quadro Estratégico Comum no período de programação 2014-2020 para os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) que se baseia na abordagem *bottom-up* de Estratégias de Desenvolvimento Local, como seja a abordagem LEADER.

A TAGUS - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior foi a entidade responsável pela implementação no Ribatejo Interior da Iniciativa Comunitária LEADER II, LEADER+ e o Subprograma 3 do PRODER.

No âmbito da construção da nova Estratégia de Desenvolvimento Territorial, a TAGUS decidiu promover a discussão alargada junto de novos parceiros, realizando um conjunto de reuniões onde procurou recolher os seus contributos em áreas que são consideradas prioritárias para o Ribatejo Interior, nomeadamente, o Turismo, a Educação, a Agricultura, os Produtos Locais, a área Social e as Microempresas.

O presente acordo de parceria territorial é o resultado deste trabalho.

Edifício Inov'Point
Tecnopolo do Vale do Tejo
Rua José Dias Simão
2200-062 Alferrarede
T +351 241 372 180
F +351 241 331 610
tagus@tagus-ri.pt
www.tagus-ri.pt

Artigo1º

O Acordo de Parceria Territorial TAGUS 2020 baseia-se no princípio da construção do desenvolvimento a partir de uma abordagem local, integrada e participada.

Artigo2º

O Acordo de Parceria Territorial TAGUS 2020 tem por objectivo preparar de forma participada a apresentação de uma Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) para o Ribatejo Interior no âmbito do DLBC RURAL, que constitua um elemento de referência e visão para todos os parceiros subscritores do Acordo, assegurando quer a articulação das respectivas intervenções, quer a sua aplicação no território.

Artigo3º

O Acordo de Parceria Territorial TAGUS 2020 - DLBC RURAL é subscrito por todas as entidades que representem os diversos sectores socioeconómicos do território de intervenção, nomeadamente, pelos representantes das seguintes entidades:

ADIMO - Associação para o Desenvolvimento Integrado de Mouriscas
Agrupamento de Centros de Saúde MÉDIO TEJO
Agrupamento de escolas nº1 de Abrantes
Agrupamento de escolas nº2 de Abrantes
Agrupamento de Escolas de Constância
Agrupamento de Escolas de Sardoal
ALFGAB - Contabilidade e Gestão, Lda
AnimaForum - Associação Para o Desenvolvimento da Agro-Indústria.
Associação Centro Comercial Ar Livre de Abrantes
Associação Comercial e Empresarial Abrantes, Constância, Sardoal, Mação e Vila de Rei
Associação de Desenvolvimento Cultural Palha de Abrantes
Associação dos Agricultores dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Ribatejo Norte e Tramagal
Câmara Municipal de Abrantes



ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO DO RIBATEJO INTERIOR

Edifício InovPoint
Tecnopolo do Vale do Tejo
Rua José Dias Simão
2200-062 Alferrarede
T +351 241 372 180
F +351 241 331 610
tagus@tagus-ri.pt
www.tagus-ri.pt

tagus2020
RIBATEJO INTERIOR
Desenvolvimento
Local
de Base
Comunitária

Câmara Municipal de Constância
Câmara Municipal de Sarçoa
Centro Agrícola do Tramagal
Comissão Vitivinícola Regional do Tejo
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal
Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes
Fajudis - Federação das Associações Juvenis do distrito de Santarém
Instituto de Emprego e Formação Profissional - Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Instituto Politécnico de Tomar
Instituto de Segurança Social, IP - Centro Distrital de Santarém
Junta de Freguesia de Tramagal
Junta de Freguesia Santa Margarida da Coutada
Junta de Freguesia de Alcaravela
Medio Tejo 21- Agência Regional de Energia do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul
Montepio Abrantino "Soares Mendes" - Associação de Socorros Mútuos
Nersant- Associação Empresarial da região de Santarém
Ordem dos Arquitectos - Núcleo do Médio Tejo
Os Quatro Cantos do Cisne - Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário
Sociedade Agro - Alimentar da Mascata, Lda
Tagusvalley - Associação para a promoção e desenvolvimento do Tecnopolo do Vale do Tejo
União de Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede
Victor Guedes - Indústria e Comércio SA

Artigo4º

Compete aos parceiros subscritores aprovar a EDL TAGUS 2020 - DLBC RURAL, devendo a mesma ocorrer em Assembleia Geral de Parceria Territorial.

Edifício InovPoint
Tecnopolo do Vale do Tejo
Rua José Dias Simão
2200-062 Alferrarede
T +351 241 372 180
F +351 241 331 610
tagus@tagus-ri.pt
www.tagus-ri.pt

Artigo 5º


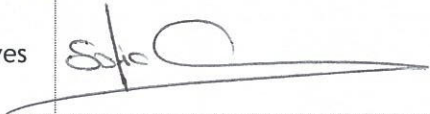

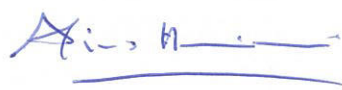
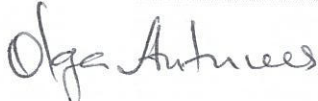


A operacionalização do presente Acordo e bem assim o respectivo regulamento de funcionamento far-se-á em reunião plenária a convocar pela TAGUS, que assume as funções de dinamizador do Acordo de Parceria Territorial.

Abrantes, 30 de Abril de 2015

ACORDO DE PARCERIA TERRITORIAL TAGUS 2020 - DLBC RURAL

Os abaixo assinados declaram ter lido e aceite o presente Compromisso.

Abrantes, 30 de Abril de 2015

Entidade	Representante(s)	Assinatura
ADIMO - Associação para o Desenvolvimento Integrado de Mouriscas	Humberto Lopes	
Agrupamento de Centros de Saúde MÉDIO TEJO	Maria Sofia Gonçalves	
Agrupamento de escolas nº1 de Abrantes	Jorge Costa	
Agrupamento de escolas nº2 de Abrantes	Alcino Hermínio	
Agrupamento de Escolas de Constância	Olga Antunes	
Agrupamento de Escolas de Sardoal	Ana Paula Sardinha	
ALFGAB - Contabilidade e Gestão, Lda	Maria Teresa André	



tagus

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO DO RIBATEJO INTERIOR

Edifício Inov'Point

Tecnopolo do Vale do Tejo

Rua José Dias Simão

2200-062 Alferrarede

T +351 241 372 180

F +351 241 331 610

tagus@tagus-ri.pt

www.tagus-ri.pt

AnimaForum - Associação para o
Desenvolvimento da Agro-Indústria

Carlos Sousa

Associação Centro Comercial Ar
Livre de Abrantes

Hugo Moreno

Associação Comercial e Empresarial
Abrantes, Constância, Sardoal,
Mação e Vila de Rei

Joaquim Serras

Associação de Desenvolvimento
Cultural Palha de Abrantes

Maria de Lurdes
Martins

Associação dos Agricultores dos
Concelhos de Abrantes, Constância,
Sardoal e Mação

Maria Paula Villaverde

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do
Ribatejo Norte e Tramagal

Arnaldo dos Santos

Câmara Municipal de Abrantes

Maria do Céu
Albuquerque

Câmara Municipal de Constância

Júlia de Amorim

Câmara Municipal de Sardoal

António Borges

Centro Agrícola do Tramagal SAG
LDA.

Nuno Rodrigues



tagus

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO DO RIBATEJO INTERIOR

Edifício Inov'Point
Tecnopolo do Vale do Tejo
Rua José Dias Simão
2200-062 Alferrarede
T +351 241 372 190
F +351 241 331 610
tagus@tagus-ri.pt
www.tagus-ri.pt

Comissão Vitivinícola Regional do Tejo	Luís de Castro	
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	Maria do Céu Albuquerque	
Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal	Pedro Machado	
Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes	João Quinas	
Fajudis - Federação das Associações Juvenis do distrito de Santarém	Jorge Claro	
Instituto de Emprego e Formação Profissional - Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Victor Gil	
Instituto Politécnico de Tomar	Miguel Pinto dos Santos	
Instituto de Segurança Social, IP - Centro Distrital de Santarém	Tiago Leite	
Junta de Freguesia de Tramagal	Vitor Cardoso	



tagus

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO DO RIBATEJO INTERIOR

Edifício Inov'Point
Tecnopolo do Vale do Tejo
Rua José Dias Simão
2200-062 Alferrarede
T +351 241 372 180
F +351 241 331 610
tagus@tagus-ri.pt
www.tagus-ri.pt

Junta de Freguesia Santa Margarida da Coutada	António Pinheiro	
Junta de Freguesia de Alcaravela	Paulo Casola Pedro	
Medio Tejo 21- Agência Regional de Energia do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul	Vasco Estrela	
Montepio Abrantino "Soares Mendes" - Associação de Socorros Mútuos	Manuela Ruivo	
NERSANT, Associação Empresarial da região de Santarém	Maria Salomé Rafael	
Ordem dos Arquitectos - Núcleo do Médio Tejo	Pedro Costa	
Os Quatro Cantos do Cisne - Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário	Nuno Alfaiate	
Sociedade Agro - Alimentar da Mascata, Lda	Paulo Graça	
Tagusvalley - Associação para a promoção e desenvolvimento do Tecnopolo do Vale do Tejo	Maria do Céu Albuquerque	
União de Freguesias de Abrantes (São Vicente e São João) e Alferrarede	Bruno Tomás	
Víctor Guedes - Indústria e Comércio SA	Luís Simões	

Anexo 2. Composição do Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local

Órgão de Gestão

Entidade	Representante	Função
Câmara Municipal de Constância	Júlia Amorim	presidência
Câmara Municipal de Abrantes	Maria do Céu Albuquerque	vice-presidência
Câmara Municipal de Sardoal	António Miguel Borges	tesoureiro
Associação de Agricultores de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação	Paula Villaverde	vogal
NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém	Domingos Chambel	vogal
Associação Comercial e Empresarial de Abrantes, Constância, Sardoal, Mação e Vila de Rei	Joaquim Serras	vogal
PALHA de ABRANTES - Associação de Desenvolvimento Cultural	Lurdes Martins	vogal

Estrutura Técnica Local

Nome	Função	Habilitações profissionais
Pedro Saraiva	Técnico Coordenador	Pós-graduação em Marketing Licenciatura em Investigação Social Aplicada
Maria da Conceição Pereira	Gestão financeira e análise de projetos	Licenciatura em Gestão de Empresas
Joana Maia	Dinamização da EDL	Licenciatura em Turismo e Lazer
Vera Vicente	Comunicação da EDL	Licenciatura em Comunicação Social
Vera Falcão	Análise de projectos	Licenciatura em Geografia, vertente geografia humana
Celia Pereira	Assistente administrativa	12º ano
Tiago Pombo	Contabilidade	12ºano em contabilidade
Luís Quintas	Apoio à organização eventos	12ºano
Catarina Lourenço	Análise de projectos e dinamização da EDL	Licenciatura em Engenharia de Ciências Agrárias - ramo Agrícola

